

**EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.321 - RS (2018/0309067-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : JOSÉ FREITAS DE OLIVEIRA DE FILHO  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO CARLOS SALGADO NUNEZ E OUTRO(S) - RS006731  
**EMBARGADO** : VILLA D'ESTE COMERCIO, REPRESENTACOES, IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A - MASSA FALIDA E OUTROS  
**ADVOGADO** : MONTALBANI COSTA DA MOTTA - RS061911  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIAS DE PORTO ALEGRE - RS  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 8A VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por JOSÉ FREITAS DE OLIVEIRA DE FILHO, em face da decisão que conheceu do conflito para declarar a competência d. Juízo Universal da falência, porque, *"como foram estendidos os efeitos da quebra também ao sócio e aos seus bens, os valores arrecadados em Juízo diverso podem ser usados no Juízo universal para o pagamentos dos créditos segundo a ordem legal de preferência"* (nas fls. 3.823/3.826).

A embargante defende que a Súmula 480/STJ é inteiramente aplicável ao caso em comento, bem como que o bem em discussão foi vendido anteriormente à decretação da falência.

Desse modo, requer *"sejam sanadas as contradições e omissões apontadas, vez que a Súmula 480 do STJ é clara, no que diz respeito ao caso "sub judice", e totalmente demonstrada a sua aplicação pela jurisprudência coletada, bem como, ainda, a decisão de 1º Grau é posterior à instauração do conflito, bem como o redirecionamento contra os sócios deu-se em 2008 e o bem vendido antes da falência, como a própria nobre decisão admite, tudo como medida da mais salutar Justiça"* (na fl.3.836).

O d. Juízo Universal apresentou novas informações nas fls. 3.851/3.859.

É o relatório.

Passo a decidir.

Os embargos de declaração não merecem acolhida.

Com efeito, a súmula 480/STJ, que afasta a responsabilização de

coobrigados pelos débitos de sociedade falida ou em recuperação judicial, pode ser afastada em caso de expressa decisão dos respectivos Juízos.

É o caso dos autos, como foi didaticamente explanado pela decisão embargada, que, ainda, esclareceu que o fato de o bem ter sido vendido em data anterior à decretação da falência não influenciaria a solução do caso, porquanto o objeto de conflito entre os Juízos em evidência não era o imóvel em si, mas o numerário resultante de sua alienação em praça pública e ainda depositado à disposição do Poder Judiciário. Confirmam-se os seguintes excertos:

*"Os documentos arrolados nos presentes autos demonstram que o d. Juízo da Falência requereu ao d. Juízo Laboral que lhe fossem remetidos valores penhorados em execução de sentença trabalhista para que garantissem a pretensão de responsabilização pessoal de sócio pelo, até então, eventual, pagamento de débitos da massa falida.*

*Sustentou, para tanto, que "os bens dos sócios foram indisponibilizados por conta do decreto de quebra", bem como "que, em caso de improcedência desta ação de responsabilidade civil, obviamente o valor do ex-sócio não será integrado ao patrimônio da Massa Falida, havendo a respectiva devolução à origem" (na fl. 3.380).*

*Por sua vez, o d. Juízo do Trabalho Suscitado, indeferiu "a remessa dos valores vinculados neste processo ao juízo falimentar, como requerido", pois, "conforme já referido nos despachos das fls. 1510/1511 destes, autos, tal montante é decorrente da alienação de imóvel de propriedade do executado Wolf Gruenberg (e não da empresa falida) através de leilão homologado em data anterior à decretação da quebra. logo, tal bem não integrava mais o patrimônio do executado quando estabelecida a falência" (na fl. 3.070).*

***Assim, o conflito positivo de competência entre os juízos suscitados está caracterizado, não obstante deva ser registrado que, via de regra, o prosseguimento de execução trabalhista contra sócio de sociedade falida não implica violação à força atrativa do juízo universal.***

*No caso em evidência, no incidente que dá origem ao presente conflito pretende-se a responsabilização pessoal de sócio da falida de modo que o patrimônio deste possa ser afetado ao pagamento dos credores, através do concurso previsto legalmente.*

***Assim, embora a alienação do imóvel de propriedade do sócio tenha se aperfeiçoado em momento anterior à falência, é certo que os valores dela decorrente podem, em caso de expressa***

***decisão, responder pelos compromissos da massa falida, porquanto ainda encontram-se depositados à disposição do Judiciário.***

*De fato, nesse sentido, o d. Juízo universal apresenta ulteriores informações noticiando haver lavrado sentença na ação que dá origem ao presente conflito de competência decretando a responsabilização pessoal dos sócios pelos débitos da falida, nos seguintes moldes:*

*Isso posto, e com apoio no inciso I do artigo 487 do Código de Processo Civil. JULGO PROCEDENTE a presente ação, torno definitivas as decisões proferidas às fls. 458/458v e 731/731v, condenando os réus ao pagamento do passivo a descoberto apurado nos autos da falência de Villa D'Deste Comércio. Representação, Importação e Exportação S/A e demais empresas componentes do mesmo grupo econômico. Condeno os réus, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários ao Administrador Judicial que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do §2º do artigo 85 do mesmo diploma legal antes referido.*

*Oficie-se, desde já, independentemente de preclusão:*

- a) ao Superior Tribunal de Justiça, Conflito de Competência número 162.321, comunicando-lhe esta decisão;*
- b) ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, agravo de instrumento nº 70079672648, comunicando-lhe esta decisão;*
- c) ao juízo da 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, reclamatória nº 0014800-23.1993.5.04.0008, para que remeta a este juízo os valores decorrentes da arrematação havida em razão da procedência da ação" (grifou-se, na fl. 3.774).*

***Desse modo, como foram estendidos os efeitos da quebra também ao sócio e aos seus bens, os valores arrecadados em Juízo diverso podem ser usados no Juízo universal para o pagamentos dos créditos segundo a ordem legal de preferência" (nas fls. 3.823/3.826).***

A propósito do afastamento da Súmula 480/STJ, confira-se:

***AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO UNIVERSAL E JUÍZO TRABALHISTA. CONSTRIÇÃO DE BENS DE SÓCIO DA RECUPERANDA NÃO ABARCADO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONFLITO. AGRAVO***

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DESPROVIDO.**

*1. Consoante a reiterada jurisprudência desta Corte Superior, não existe conflito de competência quando o bem constrito é de propriedade de sócio da empresa em recuperação judicial, em razão da aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica, pois, salvo decisão do Juízo da recuperação em sentido contrário, os bens dos sócios ou de outras sociedades do mesmo grupo econômico da devedora não estão sujeitos à recuperação judicial. Precedentes.*

*2. Agravo interno desprovido.*

**(AgInt nos EDcl no CC 155.003/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 28/02/2018)**

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publicar.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator